



MUNICÍPIO DE ALMADA

Assembleia Municipal

ATA N.º 10/XI-1º/2013-14

(Sessão Comemorativa do 40º Aniversário do 25 de Abril de 1974)

- 1 - Aos vinte e oito dias do mês de abril de dois mil e catorze, pelas 21H00, no Salão Multiusos do Centro de Monitorização e Interpretação Ambiental da Costa da Caparica, sito na rua Catarina Eufémia, na Costa da Caparica, realizou-se uma Reunião Extraordinária da Assembleia Municipal de Almada, para Comemoração do 40º Aniversário do 25 de Abril de 1974.
- 2 - Instalou-se a Mesa constituída pelo Presidente Sr. José Manuel Maia Nunes de Almeida e pelas Secretárias Sr^{as}. Elisabete Peres Pereira e Sónia Tchissole Pires da Silva.
- 3 - Fez-se a chamada dos Senhores Deputados Municipais e foi verificado o quórum.
- 3.1 - Responderam à chamada os seguintes Srs. Deputados Municipais:
José Manuel Maia Nunes de Almeida; Bruno Ramos Dias; Maria Luísa Monteiro Ramos; Carlos Manuel Coelho Revés; Elisabete Peres Pereira; José Alberto Azevedo Lourenço; João Eduardo Alves de Moura Gerales; Sónia Tchissole Pires da Silva; Nuno Miguel Macedo Marques Vitorino; Nuno Miguel Costa Gonçalves; Daniel Pedro Sobral; Eva Sofia Borges de Araújo Gomes; José Joaquim Machado Courinha Leitão; Maria d'Assis Beiramar Lopes Almeida; Manuel Domingos Rodrigues Batista; Sérgio Cantante Faria de Bastos; Maria Odete Teixeira Seguro Sanches Alexandre; Ana Marques Serra e Moura Salvado; João Ricardo Lourenço Quintino; Pedro Miguel de Amorim Matias; Nuno Filipe Miragaia Matias; João Rafael Faustino de Almeida; Luísa Maria Gama Varela; Paulo Alexandre Ribeiro Sabino; António Francisco Salgueiro; Carlos Fernando Gonçalves Guedes; Pedro Manuel Nunes de Oliveira; António Pedro Rodrigues do Livramento Maco; Alexandra Branco Ralo Barata Correia; Ricardo



MUNICÍPIO DE ALMADA

Assembleia Municipal

Jorge Cordeiro Louçã; Teresa Paula de Sousa Coelho; Ana Margarida Figueiredo Alves Luna de Carvalho; José Ricardo Dias Martins e Luís Filipe Almeida Palma.

4 - Nos termos e para os efeitos do nº 3, do artigo 38º, do Regimento da Assembleia, registou-se os seguintes procedimentos:

4.1 - Do Presidente procedendo ao anúncio das comunicações dos Senhores Deputados Municipais solicitando a substituição por ausência:

-A Senhora Deputada Municipal Ana Luísa Abílio Rodrigues de Carvalho, com Ausência no dia 28 de abril de 2014 (Ent. 1202/XI-1º), (**Conforme Anexo I**).

-O Senhor Deputado Municipal José Gabriel Guiomar Joaquim, com Ausência no dia 28 de abril de 2014 (Ent. 1299/XI-1º), (**Conforme Anexo II**).

-A Senhora Deputada Municipal Ana Catarina Veiga dos Santos Mendonça Mendes, com Ausência no dia 28 de abril de 2014 (Ent. 1304/XI-1º), (**Conforme Anexo III**).

-A Senhora Deputada Municipal Rita Magda Pinheiro Pereira, com Ausência no dia 28 de abril de 2014 (Ent. 1305/XI-1º), (**Conforme Anexo IV**).

4.1.1 - Nos termos legais e regimentais aplicáveis tomaram posse:

- O Candidato Senhor António Abrantes de Almeida, que ocupa a vaga ocorrida por Ausência no dia 28 de abril, da eleita Sr.ª Ana Luísa Abílio Rodrigues de Carvalho, (**Conforme Auto Tomada de Posse, Anexo V**).

- O Candidato Senhor Luís António de Matos Vicente, que ocupa a vaga ocorrida por Ausência no dia 28 de abril, do eleito Sr. José Gabriel Guiomar Joaquim e por impedimento do cidadão Sr. José João Santos da Mata, da cidadã Sr.ª Filipa Raquel da Silva Barroso e do cidadão Sr. José Augusto Tavares Oliveira, (**Conforme Auto Tomada de Posse, Anexos VI, VII, VIII e IX**).



MUNICÍPIO DE ALMADA

Assembleia Municipal

- O Candidato Senhor Paulo Filipe Pereira Viegas, que ocupa a vaga ocorrida por Ausência no dia 28 de abril, da eleita Sr.^a Ana Catarina Veiga dos Santos Mendonça Mendes, **(Conforme Auto de Tomada de Posse, Anexo X)**.
 - A Candidata Senhora Vanda Maria Barreiros de Lima e Silva, que ocupa a vaga ocorrida por Ausência no dia 28 de abril, da eleita Sr.^a Rita Magda Pinheiro Pereira, **(Conforme Auto de Tomada de Posse, Anexo XI)**.
- 5 - Usaram da palavra os Representantes dos Grupos Municipais Alexandra Correia, pelo PAN; António Pedro Maco pelo CDS-PP; Carlos Guedes, pelo BE; João Rafael, pelo PSD; Ana Salvado, pelo PS; Daniel Sobral, pela CDU e o Sr. Presidente da Câmara Municipal.

5.1 - A Sr.^a Deputada Municipal Alexandra Correia (PAN):

“Sr. Presidente, Srs. Deputados Municipais;

Exmo. Sr. Presidente da Assembleia Municipal e Secretários da Mesa, Exmo. Sr. Presidente da Câmara e Srs. Vereadores, colegas Deputados Municipais, caros trabalhadores do Município, Srs. Jornalistas, cidadãos do nosso concelho.

Comemoramos quatro décadas da data histórica que nos devolveu a Liberdade de sermos um povo livre, liberto de mordças e opressão política. Temos uma dívida de gratidão para com os militares de Abril que jamais será esquecida. Conseguimos numa forma genérica cumprir as aspirações de que nos falava o Sérgio Godinho na sua canção Liberdade. Infelizmente nem todas as canções de Abril tiveram o mesmo conteúdo profético. Canções como os Vampiros mantêm infelizmente toda a sua atualidade.

Pertenço a uma nova geração que não viveu esta data histórica, e aquilo que sentimos hoje é que apesar dos sucessos conseguidos no 25 de Abril que ainda subsistem, e de que ainda conseguimos disfrutar, estes são contrabalançados negativamente por sentimentos de injustiça e de uma profunda crença de que um novo 25 de Abril terá que ocorrer mais tarde ou mais



MUNICÍPIO DE ALMADA

Assembleia Municipal

cedo. Não é possível, nem sustentável continuar a escravizar economicamente pessoas, animais e natureza numa miragem de crescimento e recursos naturais ilimitados num planeta finito. Este novo 25 de Abril irá desta vez libertar-nos da tirania dos vários sistemas políticos e económicos que não conseguem viver em harmonia com a natureza. O novo programa desta revolução tem um nome, chama-se “Carta da Terra” e reconhecerá igualmente a “Declaração de Cambridge sobre a consciência” e aceitar todas as suas consequências lógicas.

Temos os alertas suficientes, vindos do meio envolvente dizendo-nos que urge acabar com todas as formas irracionais de destruição planetária seja pelo aumento da temperatura do planeta, pela subida do nível dos oceanos, seja pela erosão costeira descontrolada que abalará fortemente o nosso sector turístico, seja pelo aumento da desertificação que fará escassear a disponibilidade de águas e provocará a redução da nossa soberania alimentar, etc.

Do trabalho do III Grupo de Trabalho do painel intergovernamental para as alterações climáticas (IPCC) e dos seus dezasseis capítulos é muito clara ao afirmar e aconselhar nas suas medidas para a Mitigação das Alterações Climáticas destacamos entre outras:

- Programa de desmantelamento de barragens obsoletas e paragem da retenção sedimentar acrescida, parando com a construção de novas barragens.
- Incentivar o aumento da produção eólica e sistemas de acumulação de energia como forma de compensar o declínio estimado da produção hídrica priorizando a produção distribuída.
- Proteção de Cheias
- Deslocação de Populações em zonas costeiras ameaçadas.
- Adaptação dos Sistemas e Culturas Agrícolas ao clima emergente
- Criação de Barreiras Florestais autóctones.



MUNICÍPIO DE ALMADA

Assembleia Municipal

- Implementação imediata de um Plano Nacional de Eficiência Energética
- Expandir e tornar economicamente acessível a rede de transportes públicos coletivos.

Este irá certamente ser um trabalho de mobilização de uma vontade coletiva que deverá claramente ultrapassar a atual lógica do mercado e lucros fáceis e os vários egoísmos de que tradicionalmente padecemos. É altura de escolhermos seriamente entre nós ou os nossos vindouros e começar já.

O PAN convoca para este trabalho coletivo toda a comunidade nacional, apelando ao trabalho comunitário cooperativo, e que todos de uma vez se assumam como uma comunidade que vai tomar conta do seu destino com ou contra os poderes constituídos. Um novo 25 de Abril urge,

É a Hora

Os animais Humanos e não-Humanos e todos os ecossistemas dependem da população Humana se tornar Consciente, fazer a diferença e parar a destruição.

Por isso e glosando de novo Zeca Afonso dizemos,

Amigo

Maior que o pensamento

Por essa estrada amigo vem

Por essa estrada amigo vem

Não percas tempo que o vento

É meu amigo também

...

Em terras

Em todas as fronteiras

Seja bem vindo quem vier por bem



MUNICÍPIO DE ALMADA

Assembleia Municipal

Se alguém houver que não queira

Trá-lo contigo também

Pelo Bem de Tudo e de Todos,”

5.2 - O Sr. Deputado Municipal António Pedro Maco (CDS-PP):

"Sr. Presidente, Srs. Deputados Municipais;

Representante Assembleia Municipal Almada

Foi há quarenta anos que o povo português decidiu que queria seguir um outro caminho, um novo rumo e um novo futuro, em Liberdade.

Liberdade essa, alicerçada na Democracia, onde a fonte inspiradora fosse a soberania popular, a pluralidade, a livre escolha dos seus representantes e a preservação e consolidação das liberdades e garantias do povo português.

Estava-mos em 1974, período fortemente marcado e condicionado por dois blocos antagónicos que disputavam entre si a tentativa de hegemonia do poderio político-doutrinário económico e militar, determinante para a mobilização das consciências, dos movimentos de massas e da procura de uma nova ordem nacional e mesmo mundial.

Portugal, saído de um Golpe de Estado de cariz militar e que resultaria com a mobilização do povo numa Revolução, aspirava a uma nova sociedade com novas e renovadas instituições, com novas leis, com novas oportunidades, mas sobretudo, com uma nova esperança.

Em 74 tal como hoje, o povo português soube agir e reagir bem ao nível das suas responsabilidades com que foi confrontado sabendo enfrentá-las com serenidade e com cautela.

Ontem como hoje, o povo português soube estar à altura dos acontecimentos sabendo acima de tudo, manter uma postura responsável e patriota, ao invés de enveredar pelo caminho facilitista da desordem, do caos e da crispação entre portugueses.



MUNICÍPIO DE ALMADA

Assembleia Municipal

Ontem tal como hoje, Portugal conseguiu com o mérito do povo, alterar o normal curso da história rejeitando os conflitos armados, a desestabilização social e a guerra civil, que tanto devastaram e mancharam de sangue as ruas do país no início do século XIX numa trágica e de má memória guerra fratricida.

Portugal soube assim, rejeitar todos os caminhos que levam ao totalitarismo, á opressão, ao medo, ás perseguições políticas e arbitrárias, á indiferença, ás polícias políticas e de estado, ás prisões e os campos de concentração que, infelizmente, ainda são uma realidade no dito mundo moderno de hoje.

Libertar Portugal foi, é, e será, obra do povo, pela Liberdade, pela Democracia.

40 anos volvidos daquela madrugada, que para uns foi apenas o início de uma nova vida e de uma nova esperança e para outros era apenas como que o render da guarda mas numa espécie de Rei Morto Rei posto mas ao contrário, o povo português vive em 2014, de novo, a procura de uma nova esperança e de um novo caminho que torne novamente Portugal num país de soberania plena.

A situação que o país hoje atravessa, só pode ser mais uma vez, colmatada com a persistência e com a responsabilidade que tanto caracterizou o povo português em 74. Urge a reconquista da soberania plena para que possamos de novo, ser donos do nosso pleno destino e das nossas vidas.

Chegados aqui, é tempo de olhar para trás e aprender com os erros do passado; é a hora de adaptar o mais velho país com fronteiras terrestres estáveis aos novos tempos e adequar a Lei fundamental do país aos desígnios futuros baseados numa sociedade global, próspera, solidaria, mas ao mesmo tempo estar preparados para uma sociedade cada vez mais competitiva e dinâmica ao contrário dos que ficam entrincheirados em dogmas e agarrados a um passado que nunca fez sentido.



MUNICÍPIO DE ALMADA

Assembleia Municipal

Honra seja feita, a todos aqueles que construíram o verdadeiro caminho rumo à verdadeira Liberdade.

Todavia, para que essa Liberdade faça jus ao seu sentido, é fulcral que os cidadãos não se excluam dos seus deveres e direitos de participação em sociedade deixando os destinos do país nas mãos de uma espécie de oligarquia legitimada pelo voto dos que preferiram ir às urnas em vez da praia. O voto é arma do povo. Contudo, não pode ser a única. É imperativo que o cidadão possa frequentemente participar na vida ativa e cívica da sociedade funcionando como o verdadeiro e o original Lobby em que se deve fundamentar a soberania do país.

A mesma Liberdade trouxe o desenvolvimento, a tecnologia, a prosperidade, aproximou o interior do litoral, o norte do sul corrigindo as assimetrias entre os portugueses, aproximando também o país às novas e modernas realidades ocidentais baseadas na livre-escolha e na Democracia amadurecida.

A Economia cresceu, os investimentos chegaram, a escola e as universidades abriram-se à ciência, à cultura, as instituições modernizaram-se tornando o acesso facilitado ao cidadão, como se criaram condições para a participação eleitoral e política baseada nos exemplos das sociedades plurais e democráticas, onde a livre opinião, a crítica e a indignação, passaram a ser parte integrante das suas garantias devidamente protegidas.

Cumprir Portugal no deve ser uma finalidade mas um meio, pois enquanto existir povo português, Portugal estará em continuo cumprimento.

Ontem, hoje e amanhã o dia 25 será sempre, mas sempre sinónimo de Liberdade.

Disse.”

5.3 - O Sr. Deputado Municipal Carlos Guedes (BE):

"Sr. Presidente, Srs. Deputados Municipais;



MUNICÍPIO DE ALMADA

Assembleia Municipal

Exm^o. Sr. Presidente da Assembleia Municipal de Almada,

Exm^o. Sr. Presidente da Câmara Municipal de Almada,

Exm^{as}. Sr^{as}. Vereadoras e Exm^{os}. Srs. Vereadores,

Exm^{as}. Sr^{as}. Deputadas, Exm^{os}. Srs. Deputados,

Exmas. Sr^{as}. Funcionárias e Exm^{os}. Srs. Funcionários da CMA aqui presentes e, através destes, todos os restantes,

Exm^{as}. Sr^{as}. Convidadas, Exm^{os}. Srs. Convidados,

Exm^{as}. Sr^{as}. e Srs. Múncipes,

Celebramos hoje o 40^o Aniversário do 25 de Abril de 1974, dia em foi devolvida a dignidade à vida das portuguesas e dos portugueses. Quero, por isso, começar por prestar homenagem aos muitos milhares de homens e mulheres que durante quase cinco décadas lutaram, pagando muitas vezes com a própria vida, em nome da Democracia e contra o Fascismo. Uma homenagem que, naturalmente, estendo aos militares do Movimento das Forças Armadas que participaram no golpe vitorioso de 25 de Abril de 1974.

Em 2 de Abril de 1976, a Assembleia Constituinte aprova a Constituição da República Portuguesa, considerada por muitos uma das mais avançadas de então. No seu Preâmbulo pode ler-se:

A 25 de Abril de 1974, o Movimento das Forças Armadas, coroando a longa resistência do povo português e interpretando os seus sentimentos profundos, derrubou o regime fascista.

Libertar Portugal da ditadura, da opressão e do colonialismo representou uma transformação revolucionária e o início de uma viragem histórica da sociedade portuguesa.

A Revolução restituiu aos Portugueses os direitos e liberdades fundamentais. No exercício destes direitos e liberdades, os legítimos representantes do povo reúnem-se para elaborar uma Constituição que corresponde às aspirações do país.



MUNICÍPIO DE ALMADA

Assembleia Municipal

A Assembleia Constituinte afirma a decisão do povo português de defender a independência nacional, de garantir os direitos fundamentais dos cidadãos, de estabelecer os princípios basilares da democracia, de assegurar o primado do Estado de Direito democrático e de abrir caminho para uma sociedade socialista, no respeito da vontade do povo português, tendo em vista a construção de um país mais livre, mais justo e mais fraterno.

40 anos depois do 25 de Abril, 38 anos depois da Constituição, é tempo de honrar o passado, falar do presente e perspetivar o futuro.

Falar do presente é falar dos maiores ataques jamais feitos a esta Constituição. Não é possível esconder que aquilo a que estamos hoje a assistir representa a mais violenta e descarada vingança contra os princípios e os valores inscritos na Lei Fundamental do nosso país.

Falar do presente é ter que alertar para o que estão a fazer ao nosso Serviço Nacional de Saúde. É lembrar, todos os dias, que o estão a destruir e já não é aos poucos. É lembrar os muitos milhares de mulheres e homens que neste país ainda não têm acesso a médico de família. É alertar para a falta de recursos humanos, técnicos e financeiros dos nossos hospitais.

Falar do presente é lembrar que também o Poder Local Democrático está a ser alvo de desmantelamento. Que assistimos à imposição da extinção de Freguesias contra a vontade do povo. Que são feitas leis à medida das imposições da Troika deixando para os autarcas a responsabilidade de fazer sempre mais com cada vez menos recursos.

Falar do presente é, obrigatoriamente, lembrar os cerca de 445 mil desempregados inscritos no sistema mas que já não têm acesso a qualquer prestação social. Falar do presente é lembrar os milhares de jovens e menos jovens que se veem forçados a emigrar por não terem neste país qualquer perspetiva de emprego.



MUNICÍPIO DE ALMADA

Assembleia Municipal

Falar do presente é lembrar a Escola Pública. Lembrar o que estão a fazer aos nossos professores, atirando-os aos milhares para o desemprego. É lembrar o que estão a fazer aos nossos filhos, colocando-os em turmas com cada vez mais alunos.

Falar do presente é falar do que estão a fazer a este país, não em nome do povo mas sim em nome dos interesses económicos e da alta finança. Falar do presente é lembrar que o mesmo Presidente da República, que nas comemorações oficiais deste dia, apelou ao consenso e quis dizer que o 25 de Abril não foi feito para dividir os portugueses, é o responsável por grande parte da destruição da nossa agricultura, das nossas pescas e da nossa indústria.

Mas falar do presente é também falar de um país onde as mulheres conquistaram direitos. Um país onde as mulheres já não são perseguidas e presas por terem interrompido uma gravidez indesejada. Um país em que gays e lésbicas conquistaram direitos que os colocam num patamar mais próximo dos restantes cidadãos e os toxicodependentes são tratados como doentes e não perseguidos como marginais. É falar de um país em que os trabalhadores e as trabalhadoras, pese embora as muitas dificuldades que enfrentam, têm liberdade sindical, têm direito à greve e têm direito à proteção na doença.

Falar do presente é afirmar aqui, hoje, que os consensos não podem existir quando todos os dias assistimos ao aumento da fome e da miséria, quando todos os dias sabemos que os ricos estão cada vez mais ricos e os pobres cada vez mais pobres.

Falar do presente é recordar o passado e os quase 40 anos de governação em alternância, ora com o PS no Governo, ora com o PSD, umas vezes com o CDS, outras vezes sem. Falar no presente é afirmar que o futuro não tem que continuar a ser esta alternância e que há alternativas a esta austeridade cega que mais não faz do que aprofundar a crise e mergulhar o país na mais completa pobreza. É afirmar que Abril foi feito para o povo e pelo



MUNICÍPIO DE ALMADA

Assembleia Municipal

país e que o país não pode estar melhor se o povo não está bem. Falar de Abril com futuro é ter toda a legitimidade para duvidar de quem nos quer empurrar para um novo Bloco Central, pois o doente desconfia sempre de medicamento que anteriormente não resultou.

Falar de um futuro sem alternância mas com alternativa é falar do voto e da importância que este tem em Democracia. E de como a sua falta nos tem empurrado para a alternância e, ainda, de como o combate ao abstencionismo e pela alternativa deve constituir uma prioridade de todas e de todos democratas.

Falar do presente, pensando no futuro, é afirmar que continuaremos atentos aos ataques contra a Constituição feitos por um Governo que repetidamente a desrespeita.

Falar do futuro é afirmar que não há saídas limpas enquanto a austeridade permanecer e enquanto os interesses dos mais desprotegidos continuarem subjugados aos dos que mais têm, mesmo sem nada produzir.

Minhas senhoras e meus senhores,

Falar de Abril, no presente, não esquecendo nem o passado nem o futuro, é alertar para os novos avanços de velhos fascismos. Não só na Europa e no Mundo, mas em Portugal também. É recordar o passado para que o horror do fascismo não se repita no presente. O desemprego, a fome e a miséria são terreno fértil para o avanço da demagogia populista do fascismo. Olhemos para as paredes da nossa terra e recordemos os horrores do Holocausto Nazi. 40 anos depois do 25 de Abril de 1974, não podemos permitir que estes ideais desumanos ganhem espaço e cresçam. Sabemos bem que se isso acontecer é o nosso futuro e o dos nossos filhos que está em causa.

Falar de Abril, no futuro, é reafirmar o nosso empenho na defesa do Estado Social, do Serviço Nacional de Saúde, da Escola Pública, do Trabalho com direitos e sem precariedade, dos direitos das mulheres e das minorias e do Poder Local Democrático.



MUNICÍPIO DE ALMADA

Assembleia Municipal

Viva o 25 de Abril! Viva a Democracia! Viva a Liberdade!

Fascismo nunca mais!"

5.4 - O Sr. Deputado Municipal João Rafael (PSD):

"Sr. Presidente, Srs. Deputados Municipais;

Digníssimo Senhor Presidente da Assembleia Municipal de Almada

Digníssimo Senhor Presidente da Câmara Municipal de Almada

Digníssimas Senhoras e Senhores Autarcas

Minhas Senhoras e Meus Senhores

Num dos palcos maiores da nossa democracia, o palco do poder local, celebramos hoje 40 anos de liberdade, 40 anos de democracia.

Os últimos dias foram fartos em reflexões, ações e mesmo em imaginações sobre este aniversário. Muitos dizem que na vida democrática, a nossa riqueza residirá no respeito pelas nossas diferenças. Concordamos, mas igualmente acrescentamos, e reforçamos, que a nossa riqueza estará igualmente em tudo aquilo que nos une.

E que nos une são factos insofismavelmente importantes.

Até 24 de abril de 1974, Portugal e os portugueses viveram décadas de regime ditatorial; regime opressor das mais básicas e legítimas liberdades que ao cuidado têm de ser garantidas; décadas de controlo inusitado do pensamento, da livre expressão, do direito de associação e de reunião, da criatividade e da inovação, da espontaneidade juvenil, da pluralidade política, social, económica, cultural e sindical.

É neste contexto que cumpre, sempre, reconhecer e agradecer a coragem posta na luta, por tantos antifascistas que, com sacrifício pessoal, tantas vezes com sacrifício da própria vida, nos mostraram caminhos e energias que hoje abraçamos.



MUNICÍPIO DE ALMADA

Assembleia Municipal

Cumpre, ainda e sempre, reconhecer e agradecer a coragem dos militares que em 25 de abril de 1974 ousaram criar a oportunidade para que a revolução militar redundasse num horizonte imenso de adesão popular, espontânea, pacífica, contagiante do mais profundo ideal de liberdade.

Ainda que proferidas noutra contexto, aplicar-se-ão plenamente ao 25 de abril de 1974, as palavras de Winston Churchill: “Nunca tantos, deveram tanto, a tão poucos”.

Unem-nos quarenta anos de vida democrática, garantida pela soberania popular, expressa através do voto livre que a todos impele e que a todos dá igual valor: o voto do economicamente afortunado não vale mais do que o do beneficiário do mais básico apoio social. Esta é a beleza da Democracia. Ainda que o bem-estar social seja sempre um imperativo da democracia.

Temos vivido quarenta anos de vontades expressas em eleições legislativas, autárquicas e presidenciais. Quarenta anos de sufrágios exemplares, dignificantes de uma Democracia plena e madura.

Amar a Liberdade, defender a democracia, é aceitar sem quaisquer reservas o resultado da vontade popular, seja favorável ou não aos nossos objetivos.

Nunca cederemos aos que aceitam a mais hipotética segurança e bem-estar tendo como contrapartida a falta de liberdade ou de democracia. Estas nunca estarão em discussão. São e serão, inequivocamente, os valores maiores da nossa existência e coexistência política e social.

Nunca cederemos aos que, demagogicamente, proclamam que hoje se vive pior do que em 24 de Abril de 1974. Une-nos a certeza de que assim não é. O nosso Portugal, hoje europeu, referência de civilidade num mundo globalizado em que tantos paradoxos se vão afirmando, soube construir e aprofundar indiscutíveis melhorias na realidade social; na



MUNICÍPIO DE ALMADA

Assembleia Municipal

educação, na saúde, na habitação, na cultura, no poder local, no conforto doméstico, nas condições de vida, no papel da mulher na sociedade, na defesa dos direitos das minorias, entre muitos outros aspetos, encontramos algumas das expressivas vitórias dos caminhos e esforços que trilhámos, que trilhamos e que trilharemos.

Nunca cederemos ao branqueamento da ditadura que nos menorizou.

Nunca capitularemos face aos desafios diários que a vida democrática nos apresenta; podemos e queremos fazer sempre melhor, e as novas gerações, já nascidas em Democracia, serão a melhor prova desta inusável ambição.

Minhas senhoras, meus senhores

Viver em democracia é aceitar um repto permanente; é todos responsabilizar por uma cidadania ativa, expressão superior das vontades individuais e coletivas. A Democracia não tem proprietários, não tem donos, o 25 de abril também não. O nosso 25 de abril é o de todos vós. Saibamos encontrar, no respeito pela diversidade nas ideias e nas convicções, os termos certos para enobrecer o que mais nos une: Portugal e o bem-estar dos portugueses.

O poder autárquico que representamos, faz crescer a nossa responsabilidade para com o combate ao desinteresse e à apatia, dos nossos concidadãos por uma cidadania mais ativa.

Não esqueçamos um dos maiores desafios que hoje e amanhã nos é lançado: incrementar pela nossa ação, pelo nosso exemplo, pelas nossas propostas, a participação cívica dos almadenses, contrariando a crescente abstenção que se vem, paulatinamente, afirmando e corroendo os pilares da nossa democracia local e nacional. Saibamos todos, mas todos, defendê-la, transformando as dificuldades em forças, não transformando as diferenças em unanimismos artificiais, mas também nunca perdendo o foco num Portugal democrático, plural e humanista, que é e será o nosso horizonte presente e futuro.

Viva o 25 de Abril!



MUNICÍPIO DE ALMADA

Assembleia Municipal

Viva a democracia!

Viva o poder local!

Viva Portugal e os portugueses!"

5.5 - O Sr. Deputado Municipal Ana Salvado (PS):

"Sr. Presidente, Srs. Deputados Municipais;

Na sessão comemorativa dos 40 anos do 25 de Abril, assinalados também pela Assembleia Municipal, o grupo parlamentar do Partido Socialista quer começar por refletir o modo como cada uma das vidas aqui presente espelha em múltiplos aspetos das suas biografias aquilo que se designa como as conquistas de abril.

Será sempre útil para a nossa memória coletiva recordar e comemorar aquele dia. Embora, devamos ter noção de que os efeitos do 25 de abril estão patentes nas nossas vidas quotidianas, nas nossas instituições, na forma como se respira liberdade e se inspiram as populações mais jovens a não esquecer esse legado.

No fundo, as condições materiais da nossa existência são efeitos diretos desse dia. Hoje, mais do que nunca, nestes 40 anos volvidos, devemos olhar esse dia e os anos que se seguiram de uma forma crítica e reflexiva, pois hoje são essas condições materiais da nossa existência, que o 25 de Abril permitiu que se conquistassem em democracia, que se encontram em perigo, isto é, as desigualdades sociais agravaram-se e, por conseguinte, alguns dos direitos conquistados poderão não estar a ser de facto garantidos. A verdade é que todos os dias temos ecos desta íntima relação que se alimenta mutuamente no contexto de crise em que vivemos, diminuição dos níveis de igualdade e perda de direitos.

E no entanto, Portugal desenhou e construiu um edifício vasto de direitos: políticos, sociais e civis, todos eles enunciados formalmente na Constituição da República. Apenas relembrar alguns desses direitos que vieram moldar o espírito e o modo como a sociedade e a



MUNICÍPIO DE ALMADA

Assembleia Municipal

democracia em Portugal se organizam em vários aspetos da vida coletiva e privada: formação livre de partidos, direito à greve, criação do salário mínimo, uma escola para todos, uma saúde gratuita, um sistema público de segurança social, direito à manifestação e à participação cívica, direito ao divórcio.

Noutro plano, Portugal integrou um projeto europeu de matriz humanista e solidária E em anos mais recentes integrou uma zona euro na esperança de ser mais competitivo e protegido.

E hoje? Continuamos nesta senda de progresso económico e social? Continuamos a ver nascer direitos e a construir melhores condições materiais de vida? Continuam as nossas instituições e partidos a reverem-se numa matriz democrática?

Esta é para nós a questão essencial, que nos deve fazer parar para pensar a propósito das comemorações sobre 40 anos de democracia.

Vivemos numa economia global de mercado. E para a ilustrar nada melhor que os efeitos da crise financeira de 2008 face à qual a União Europeia, e a zona euro, não souberam reagir com estratégias adequadas que salvassem a diversidade de exposições face à crise.

Não é por acaso que temos hoje os resultados que temos e a justificação de que somos um país com problemas estruturais por resolver não é certamente a primeira razão, embora faça parte do problema. Fomos apanhados, como qualquer país do mundo, pela crise dos mercados e essa deu origem à construção da crise da dívida soberana à conta de um falso dilema: a gestão da dívida a curto prazo.

Fomos obrigados a receber dinheiro emprestado a juros nunca vistos porque não tivemos uma Europa à altura para sustentar economias com menor capacidade amortecedora face aos efeitos da crise económico-financeira mundial.



MUNICÍPIO DE ALMADA

Assembleia Municipal

Temos a Europa que escolhemos e assim tivemos os resultados que a sustentam. Uma união que não protege todos de igual forma, que assenta o seu edifício na grande economia de alguns, deixando expostas as brechas que outros representam, e esquece-se que o edifício pode ruir se essas brechas continuarem a ser evitadas. No plano europeu precisamos de novos atores que pensem estratégias europeias, de mercado europeu e de política social, estratégias que defendam a não aniquilação daquilo que foram também as conquistas de uma europa do pós-guerra.

E porque a intensidade dos fenómenos pode ser mais ou menos mitigada, vivemos no plano nacional, uma acumulação de efeitos negativos. Não só não somos defendidos no quadro de uma união europeia, como não somos defendidos por quem nos governa desde 2011. Associada à condição de que precisávamos de acompanhamento externo, situação que como sabemos foi condicionada por todos os partidos da oposição de então, à esquerda e à direita, somos hoje confrontados com uma governação tecnicamente má, dirigida pela austeridade e silenciosamente matreira a fazer aquilo que sempre quis fazer, reduzir as responsabilidades sociais do estado, defendendo que essa é única solução através da qual se podem equilibrar as contas públicas. Os resultados estão à vista, empobrecimento geral da população, enfraquecimento democrático das instituições.

Sabe-se, historicamente, que em tempos de crise económica correm-se riscos de outra ordem com efeitos tão ou mais graves. A ideia igualmente construída de caminhos únicos para enfrentar a crise exige em esforço redobrado para se pensarem alternativas credíveis a esta situação que se configura em diversos níveis de gestão e política pública.

A proliferação de discursos imobilistas e fatalistas sobre a necessidade a curto prazo de ajustamentos por via da hipoteca dos modelos sociais do estado tomou-se num perigoso



MUNICÍPIO DE ALMADA

Assembleia Municipal

discurso hegemónico, quando no fundo não passa de uma realidade construída e fabricada à mercê de outras realidades desreguladas e assentes em elites económicas transnacionais.

Cada um de nós, nos mais diferentes palcos da vida cívica e política, tem a obrigação de apontar um caminho, do mesmo modo que cada um de nós

beneficiou de um caminho de liberdade, de autonomia e de bem-estar nunca antes vividos, protagonizado por muitos homens e por muitas mulheres antes e depois do 25 de abril.

Para que os valores originais de abril se renovem e ganhem novo sentido perante os desafios e os dilemas que as sociedades do século XXI enfrentam, há que pensar o novo quadro de variáveis económicas, políticas e sociais que estes novos tempos viram emergir.

Acordemos para o dia de amanhã. De nada serve apenas criticar estes tempos e enfatizar saudosamente outros, é preciso agir, reagir e definir estratégias, eleger novos atores, concretizar outro tipo de políticas.

Para isso precisamos de algo elementar para o nosso sistema democrático: de mais diálogo, de intensos níveis de concertação social, de partidos interessados em formar cidadãos, de sindicatos independentes, de serviços públicos com qualidade, de cidadãos informados e com capacidade

de ação individual e coletiva. E precisamos de um novo *modus operandi* no desenho das políticas, assente numa postura reformista perante as questões estruturais que caracterizam Portugal.

As debilidades estruturais do país não devem ser o bode expiatório da situação social e económica que nos assola. Contudo, ela terá que ser o mote para pensarmos onde queremos estar daqui a 40 anos. E um dos principais pilares dessa reforma deverá passar por aliar sustentabilidade económica e justiça social. Só uma aliança baseada em direitos e desenvolvimento poderá garantir uma democracia moderna no século XXI.



MUNICÍPIO DE ALMADA

Assembleia Municipal

É preciso dizer não e basta a esta atividade subterrânea e avassaladora dos agentes financeiros que desvirtua qualquer democracia. É preciso ler em todas as entrelinhas deste mundo paradoxal e contraditório, analisar o longo prazo, fazer alianças em benefício de interesses maiores, acionar o capital humano e cívico que levámos 40 anos a formar.

Isto é defender ideologicamente o 25 de Abril, porque o 25 de Abril foi o passo de gigante para uma sociedade democrática que será sempre um projeto inacabado, enquanto os cidadãos que nela vivem continuarem a sonhar um mundo melhor, leia-se mais justo.”

5.6 - O Sr. Deputado Municipal Daniel Sobral (CDU):

"Sr. Presidente, Srs. Deputados Municipais;

É nesta sessão que comemoramos mais um ano, os 40 anos, da mais bela madrugada que Portugal já teve, os 40 anos da revolução dos cravos, do 25 de Abril.

Foi nessa madrugada que os capitães de Abril saíram à rua para trazer mais uma vez a felicidade à casa das pessoas, para a emancipação de um povo. Mas os capitães não foram os únicos agentes na conquista da liberdade, foi o povo, que ao sair à rua transformou este movimento libertador na revolução que hoje comemoramos.

A conquista e instauração das liberdades, dos direitos dos cidadãos e de um regime de democracia política foram inseparáveis da liquidação do poder económico e político dos grupos monopolistas e dos latifundiários, através das nacionalizações, do controlo operário e da Reforma Agrária e das outras transformações socioeconómicas indispensáveis ao desenvolvimento do País. Perante a conspiração, a sabotagem e as tentativas de golpes de força de sectores reacionários apoiados pelos grandes capitalistas, pelos agrários e pelo imperialismo estrangeiro, as referidas transformações foram além do mais necessárias para a defesa das liberdades e da democracia.



MUNICÍPIO DE ALMADA

Assembleia Municipal

A Revolução de Abril significou um extraordinário progresso da sociedade portuguesa. Como por exemplo na área da saúde em que foi possível a todas as camadas da população ter acesso a um sistema de saúde digno independentemente das suas capacidades económico-financeiras. As políticas de direita prosseguidas desde há 37 anos, tudo têm tentado para destruir esta grande conquista de Abril, retirando a um número cada vez maior de portugueses o direito ao acesso à saúde em condições de equidade, como vêm fazendo relativamente a outras conquistas do Povo Português em Abril de 1974.

A defesa de Abril também passa por defender quem a possibilitou, quem lutou contra os duros tempos de fascismo, sendo assim inaceitável o que hoje se vê no ataque aos reformados com os sucessivos cortes nas pensões, não possibilitando assim um fim de vida digno a estes resistentes.

No capítulo da juventude, a nossa revolução teve efeitos positivos, com uma maior taxa de letrados, e um acesso a um mais alto nível de educação, embora ainda hoje seja barrado o acesso a uma educação superior a uma grande parte da população por não terem maneira de a sustentar. Portanto como está sagrado na nossa Constituição uma educação pública, gratuita e de qualidade, peço desculpa, tendencialmente gratuita e de qualidade, como podemos comprovar com a instauração das propinas no ensino superior, que começaram como umas meras taxas moderadoras e que agora já ultrapassam os 1000€.

É esta Constituição que deve orgulhar todos os portugueses, pois é ela que vem colocar do lado do povo, do lado da razão, a lei que tantos anos lhe foi negada. E é na defesa do regime democrático, da Constituição da República e das importantes conquistas de Abril, que se encontra a matriz de uma política patriótica e de esquerda capaz de assegurar o desenvolvimento económico e social do País, e não na sua subversão e destruição, como procuram fazer os dirigentes políticos e os partidos que querem autoabsolver-se e absolver as



MUNICÍPIO DE ALMADA

Assembleia Municipal

suas opções e práticas políticas como causas das situações de desastre em que nos encontramos.”

5.7 - O Sr. Presidente da Câmara Municipal:

“Sr. Presidente, Srs. Deputados Municipais;

Ao comemorarmos os 40 anos da Revolução de Abril, saudamos perante vós e em primeiro lugar os Militares de Abril, enalteçamos a sua determinação, a sua coragem e o seu apego à Liberdade, à Paz, à Democracia e a sua vontade de progresso e de desenvolvimento. Saudamos também todos aqueles que resistindo à ditadura fascista lutaram pelo seu fim. Saudamos o Povo, o Povo pela sua iniciativa e em aliança com o Movimento das Forças Armadas derrubaram a ditadura e lançou as bases do Estado Democrático que a Constituição de 1976 consagrou. Saudamos naturalmente os Trabalhadores e o Povo de Almada, o seu Movimento Associativo, a sua luta constante pela Liberdade, a Paz e o Progresso.

Almada na diversidade das suas várias realidades e na dinâmica do seu povo, foi e é um pilar do Portugal de Abril.

Perguntam hoje, mais do que antes, se Abril valeu a pena, já hoje várias intervenções se referiram ao tema, se valeu a pena o esforço e o sacrifício. Para quem viveu na ditadura e conhece o Portugal ou conheceu o Portugal de há quarenta anos, sabe que valeu a pena. Valeu a pena a Liberdade, valeu a pena o fim da guerra, valeu a pena o combate ao analfabetismo, valeu a pena a escola pública, valeu a pena o direito à saúde, o Serviço Nacional de Saúde, como já referi há dias as mulheres que tanto se fala e que muitas delas não tinham o parto assistido, hoje felizmente em Portugal a morte em parto das mulheres é absolutamente residual ou praticamente inexistente. Valeu a pena o direito à Reforma, ainda hoje encontramos muita e muita gente com reformas miseráveis e se nos dermos ao cuidado de aprofundar essa realidade, foi porque durante anos e anos da sua vida não tiveram sequer



MUNICÍPIO DE ALMADA

Assembleia Municipal

o direito de poder descontar para um sistema contributivo de reforma. E para quem não saiba, é bom lembrar que se nas opções que se colocaram em Portugal na altura da criação de um serviço de saúde que correspondesse às necessidades do direito à saúde dos portugueses, porque se optou para o Serviço Nacional de Saúde e não por um outro sistema contributivo, que às vezes se diz, porque é que não somos como na Alemanha e na França? É que em Portugal uma imensa maioria da população não tinha quaisquer descontos, não era possível criar um serviço de saúde com base no sistema contributivo. Tem que ser, teve que ser na base de um sistema assente nos impostos, é por isso que nós temos o Serviço Nacional de Saúde e não um outro sistema.

Valeu a pena o direito às férias. Talvez não saibam, mas muitos portugueses em França a primeira palavra que designou férias, não foi férias foram vacances. As férias não sabem o que é férias, “vacances” sabem o que era “vacances”. E a retrete também sabem, são a reforma, mas é a “retraite”. Porque só eles e só em França tiveram conhecimento e tomaram conta que essa realidade existia.

Valeu a pena o salário mínimo e vale a pena a democracia e o fim da polícia política. Valem a pena os direitos laborais mesmo atacados, e valeu a pena a liberdade de associação que é preciso lembrar que até ao 25 de Abril os dirigentes associativos não eram livremente eleitos, tinham que ser sancionados pelo Ministério do Interior e só depois podiam tomar posse.

Vale a pena o Poder Local Democrático, valeu a pena o saneamento básico e a sua contribuição para a defesa da saúde pública, é uma das principais garantias e das razões porque temos uma das mais baixas mortalidades infantis no mundo, sim o Serviço Nacional de Saúde, mas sobretudo o saneamento básico e a água pública, é aí que está a raiz da baixa mortalidade infantil. Valeu a pena como já disse a rede de água pública e vale



MUNICÍPIO DE ALMADA

Assembleia Municipal

naturalmente a pena o Estado de Direito fundado na Constituição, essa Constituição que ferida continua a ser de Abril.

O Poder Local Democrático, estamos aqui na Assembleia Municipal e é necessário falar dele, é uma das maiores e mais firmes conquistas de Abril, profundamente ligadas às populações, o Poder Local Democrático resiste do que se tem passado nas últimas décadas, nos dão conta diversas tomadas de posição da Associação Nacional de Municípios. Não vos quero maçar, mas penso que é bom ler, é bom ler que houve um projeto de alteração da Lei Eleitoral para as Autarquias que pretendia a eleição indireta das Câmaras Municipais. Que houve um projeto de presidencialização das Câmaras Municipais por forma a que o Presidente eleito escolhesse livremente os seus Vereadores. Houve um projeto de drástica redução de número de eleitos contribuindo para a diminuição da democraticidade interna dos órgãos municipais, houve um reiterado e estou a citar documentos da Associação Nacional de Municípios, o incumprimento reiterado da Lei das Finanças Locais desde 2006. Em 2012 as Autarquias Locais receberam do Orçamento do Estado um valor idêntico ao que fora transferido em 2005, o aumento brutal da Taxa do IVA com destaque para o aumento de dezassete pontos percentuais na eletricidade que se traduziu num aumento de quarenta e cinco milhões de euros na receita do Estado e do correspondente aumento na despesa dos Municípios, dados de 2012. Violentas reduções nas receitas municipais dados de 2012, menos cento e dezanove milhões de euros em relação às transferências de 2011, menos seiscentos e setenta e quatro milhões de euros em relação às transferências a que se referiu o Orçamento do Estado de 2010 e menos oitocentos e quarenta e sete milhões de euros em relação à não aplicação da Lei das Finanças Locais desde 2010. Delegações de Competências sem transferência dos meios correspondentes, obrigações dos municípios em executar em numerosas competências que a Administração Central se abstêm de executar.



MUNICÍPIO DE ALMADA

Assembleia Municipal

Brutal diminuição do IMT, da Derrama, das Taxas de Urbanização e Edificação por força da própria receção económica. Asfixia financeira dos municípios por via da redução das receitas. A não entrega de receitas do IMI de 2013 às Câmaras Municipais por redução de igual valor nas transferências de fundo no Orçamento do Estado. A continuidade da suspensão de execução do QREN que não permite o cofinanciamento das despesas já executadas sobre compromisso de financiamento das autoridades de gestão e do Governo no lançamento de novos investimentos. Uma nova Lei de Finanças Locais, um novo Regime Jurídico das Autarquias Locais e a extinção das Freguesias, a privatização da EGF, o novo Regime Jurídico da ERSAR que se atribui competências na fixação de tarifários dos resíduos sólidos e no abastecimento de água e saneamento, sobrepondo-se aos municípios, novo Regime Jurídico do sector empresarial local, a Lei dos Compromissos e dos Pagamentos em Atraso e a intenção de eliminar o IMT enquanto imposto municipal, a violação sistemática do princípio da autonomia política administrativa e financeira das autarquias, com a imposição do horário de trabalho de quarenta horas semanais e oito horas diárias, recusa em retificar os Acordos da ACEP com restrições salariais aos trabalhadores da Administração Pública, a proibição da contratação de novos trabalhadores associados à exigência de redução dos quadros de pessoal, a imposição de uma nova organização dos serviços municipais, novo Estatuto do Pessoal Dirigente da Administração Local com redução forçada do número de Dirigentes Municipais, a alteração do Regime Jurídico do sector empresarial local com consagração de rácios de solvabilidade que levarão ao encerramento de muitas empresas municipais sem se ter em conta que muitas delas prosseguem objetivos sociais e sem que se apliquem os mesmos critérios às empresas do sector empresarial do Estado, afinal um dos principais causadores do descontrole das contas públicas. São algumas passagens de documentos produzidos pela Associação Nacional de Municípios nos últimos dez anos.



MUNICÍPIO DE ALMADA

Assembleia Municipal

Os ataques ao Poder Local Democrático é uma parte de um ataque mais geral ao Estado Democrático para que no seu lugar se erga um outro Estado ao serviço da alta finança. Estamos aparentemente todos nós com a Liberdade, com a Democracia e mesmo com muitos dos seus componentes participativos.

Mas então porque razão se conformam tantos com as injustiças, com os abusos de poder, com a pobreza? Porque razão tantos capitulam perante os ditames do que designam os mercados? Porque razão não cumprem os eleitos no arco governativo, dizemos assim, aquilo que se propõem na véspera das eleições. O 25 de Abril foi produto da razão, da razão da Liberdade, da Paz, do Progresso, do sentido de justiça. Os militares e o povo tinham razão pelo seu lado já muito antes do 25 de Abril, mas o que fez que só nessa data ele vingasse, porque houve a coragem dos Capitães, houve a coragem do Comandante Caldeira Santos que decidiu não disparar sobre o Terreiro do Paço. Houve a coragem de Salgueiro Maia, houve a coragem do Cabo e dos Homens dos Tanques e é isso que é necessário, unidade e coragem. Repor o respeito pela Constituição é no presente o dever de todos os que defendem Abril. Lá está que o poder económico se deve submeter ao Poder Político Democrático. Lá está a autonomia do Poder Local. Lá está tudo o que de bem para as nossas populações se deseja realizar na nossa terra.

Bem hajam os Homens e Mulheres que eleitos livremente escreveram a nossa Constituição de Abril, saúdo o Sr. Presidente da Assembleia Municipal enquanto Deputado Constituinte.

Ferida, a Constituição de Abril resiste e com ela ao nosso lado continuaremos a defender Abril, o Poder Local Democrático também.

Em Almada a luta continua com coragem.

Viva o 25 de Abril, viva Portugal.”

5.8 - O Sr. Presidente da Assembleia Municipal:



MUNICÍPIO DE ALMADA

Assembleia Municipal

“Srs. Deputados Municipais;

Agradecer a presença de cidadãos e de representantes do Movimento Associativo e também de outras organizações e forças vivas do nosso Concelho, obrigado por partilharem estes momentos e por estarem presentes e nos acompanharem.”

6 - Não havendo mais pedidos de palavra deu-se por concluída a agenda da reunião.

7 - Tendo em consideração a informação sobre os membros da Câmara Municipal em funções, foi verificada a presença na Reunião, do Presidente da Câmara Municipal, Excelentíssimo Senhor Joaquim Estevão Miguel Judas e dos Vereadores Excelentíssimos/as Senhores/as Maria Teodolinda Monteiro Silveira, José Manuel Raposo Gonçalves, António José Pinho Gaspar Neves, Maria Amélia de Jesus Pardal, Francisca Luís Baptista Parreira, António José de Sousa Matos, Vitor Manuel dos Santos castanheira, Rui Jorge Palma de Sousa Martins, Francisco Miguel Pereira cardina, Mara Andreia Gonçalves Figueiredo Vitorino.

8- Foi verificada a presença na Reunião dos Jornalistas, Senhora Sandra Guerreiro e o Senhor Miguel Ribeiro, Boletim Municipal DIRP - CMA e de cinquenta e cinco Senhores Múncipes.

9 - Foi entretanto requerido a aprovação da Minuta da Acta, que foi aprovada por unanimidade.

10 - Nada mais havendo a tratar, foi encerrada a reunião eram 21H50 do dia 28 de abril de 2014.

11 - Por ser verdade se elaborou a presente Acta, que vai ser assinada pela Mesa.

O

PRESIDENTE _____

—



MUNICÍPIO DE ALMADA

Assembleia Municipal

A 1ª

SECRETÁRIA _____

A 2ª

SECRETÁRIA _____